



**PARECER Nº 798/2025**

**TIPO: INFORMATIVO**

**ASSUNTO:** recebimento de mercadoria em quantidade inferior à destacada em nota fiscal e estoque consumido internamente

**DISPOSITIVOS INTERPRETADOS:**

1. artigos 102, 104 e 543-O-B do RICMS-ES

**EMENTA:** ICMS - CONTROLE DE ESTOQUE - RECEBIMENTO DE MERCADORIA EM QUANTIDADE INFERIOR À DESTACADA EM NOTA FISCAL - ESTOQUE CONSUMIDO INTERNAMENTE – CFOP

1. Quando do recebimento de mercadorias em quantidade inferior à destacada em documento fiscal, o contribuinte deve adotar os procedimentos estabelecidos no Ajuste Sinief nº 13/24, conforme determinado pelo artigo 543-O-B do RICMS-ES. 2. O crédito de ICMS referente a estoque consumido internamente pelo próprio contribuinte (autoconsumo) deve ser estornado mediante a emissão de nota fiscal, na forma do art. 104 do RICMS/ES, com a utilização do CFOP 5.949 - Outra saída de mercadoria não especificada.

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta sobre interpretação e aplicação de regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) no Estado do Espírito Santo.

A consultante é pessoa jurídica de direito privado estabelecida neste Estado. Informa que desenvolve atividade relacionada à indústria de café solúvel. Em relação ao controle do seu estoque, afirma que realiza ajustes quando:

1 – No momento do recebimento de café cru em grão (matéria-prima) é constatada, através de relatório de balança rodoviária (documento interno), quantidade (kg) menor do que a destacada em documento fiscal.

2 – Nos casos de consumo interno, ou seja, quando produtos fabricados são utilizados e consumidos no próprio estabelecimento.

Informa ainda que os documentos fiscais são escriturados no livro Registro de Entradas conforme emitidos e todos os impostos são estornados proporcionalmente às baixas realizadas.



Posto isso, questiona:

- 1- Quando constatadas as diferenças de peso a menor destacado em documento fiscal *versus* relatório de balança rodoviária, deverá ser emitida nota fiscal e com qual CFOP (Código Fiscal de Operação)?
- 2- Na hipótese de produtos fabricados que serão consumidos internamente, deverá ser emitida nota fiscal e com qual CFOP (Código Fiscal de Operação)?

Por fim, declara que não se encontra sob ação fiscal relativamente ao objeto da consulta, nos termos do art. 808 c/c art. 845, III, ambos do RICMS/ES.

É o breve exame dos fatos.

## 2. APRECIÇÃO

### 2.1 PRELIMINAR

Preliminarmente, constata-se que a Consultante não observou o disposto nos artigos 844<sup>1</sup> do Decreto nº 1.090-R/02. Destarte, em obediência ao artigo 854, VII<sup>2</sup>, do RICMS-ES, este parecer deve ser emitido em caráter informativo, não produzindo os efeitos do artigo 848.

### 2.2 MÉRITO

#### 2.2.1 RECEBIMENTO DE MERCADORIA EM QUANTIDADE INFERIOR À DESTACADA EM NOTA FISCAL

Nesse primeiro caso, a consultante afirma que, por meio de documento de controle interno, verifica que o peso de café cru em grãos recebido de fornecedor é menor que o peso destacado no documento fiscal. Não são informadas as possíveis causas dessa diferença, como, por exemplo, perda do produto durante o transporte ou erro cometido pelo fornecedor no preenchimento da nota fiscal. Dessa forma, a análise será feita apenas do ponto de vista da consultante e dos procedimentos que deverão ser feitos para a regularização de sua escrita fiscal.

Como a consultante tem ciência da diferença a menor na quantidade do produto recebido antes do registro inicial da entrada, não deve ser feita a

<sup>1</sup> Art. 844. É competente, para decidir quanto à consulta, o Gerente Tributário.

<sup>2</sup> Art. 854. Não produzirá qualquer efeito a consulta formulada: (...)

VII - à autoridade que não seja o Gerente Tributário; ou



escrituração com base nas informações constantes do documento original, na forma emitida pelo fornecedor.

Considerando que não é possível a emissão de carta de correção eletrônica ou de nota fiscal complementar para a correção de erro referente à quantidade do produto descrito na nota fiscal eletrônica, o contribuinte deve adotar os procedimentos estabelecidos no Ajuste Sinief nº 13/24. Nesse sentido estabelece o artigo 543-O-B do RICMS-ES:

Art. 543-O-B. Na hipótese de erro identificado na NF-e, no ato da entrega, quando não permitida a emissão de nota fiscal complementar ou de CC-e, em operação interna ou interestadual, o remetente poderá efetuar os procedimentos de correção previstos no Ajuste Sinief 13/24 em até 168 (cento e sessenta e oito) horas do ato da entrega, desde que não ocorra circulação de mercadoria decorrente desta correção.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às hipóteses de devoluções simbólicas parciais e às correções que alterem o CNPJ base do destinatário.

O Ajuste Sinief nº 13/24 estabelece que: i) deve ser emitida uma nota fiscal de devolução simbólica para fins de anulação da operação de saída original; ii) ato contínuo, deve ocorrer a emissão de nova NF-e de saída pelo remetente, com as informações corrigidas. Destaque-se que tais procedimentos devem ser adotados no prazo de até 168 horas do ato da entrega e desde que não ocorra a circulação da mercadoria objeto da correção:

**Cláusula primeira** Na hipótese de erro identificado na Nota Fiscal eletrônica - NF-e, no ato da entrega, quando não permitida a emissão de nota fiscal complementar ou de Carta de Correção eletrônica, em operação interna ou interestadual, o remetente poderá efetuar os procedimentos de correção previstos neste ajuste em até 168 (cento e sessenta e oito) horas do ato da entrega, desde que não ocorra circulação de mercadoria decorrente desta correção.

Parágrafo único. Este ajuste não se aplica às:

- I - devoluções simbólicas parciais;
- II - correções que alterem o CNPJ base do destinatário.

**Cláusula segunda** Para fins de anulação da operação de saída original, deve ser emitida NF-e de devolução simbólica.

§ 1º Para fins do disposto no “caput”, nas operações destinadas a:

- I - não contribuinte, o remetente deverá emitir NF-e de entrada;
- II - contribuinte, o destinatário deverá emitir NF-e de saída.



§ 2º Além dos demais requisitos exigidos, a NF-e prevista no “caput” deverá conter:

I - no grupo “prod - Detalhamento de Produtos e Serviços”, as mesmas informações da NF-e original de saída;

II - no campo “natOp - Natureza da Operação”, o texto “Anulação de operação - Ajuste SINIEF 13/24”;

III - no campo “infAdFisco - Informações Adicionais de Interesse do Fisco”, o texto “Procedimento autorizado pelo Ajuste SINIEF 13/24”;

IV - no campo “refNFe - Chave de acesso da NF-e referenciada”, a chave de acesso da NF-e de saída original.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 1º, na NF-e original de saída, o destinatário contribuinte deverá realizar o registro do evento “Operação não Realizada”, conforme o disposto no inciso VI do § 1º da cláusula décima quinta-A do Ajuste SINIEF nº 7, de 30 de setembro de 2005

**Cláusula terceira** Para correção da operação de saída original, o remetente deverá emitir NF-e de saída, com as informações corrigidas, contendo, além dos demais requisitos exigidos:

I - no campo “infAdFisco - Informações Adicionais de Interesse do Fisco”, o texto “Procedimento autorizado pelo Ajuste SINIEF 13/24”;

II - no campo “finNFe - Finalidade de emissão da NF-e”, o código “1=NF-e normal”;

III - no campo “refNFe - Chave de acesso da NF-e referenciada”, as chaves de acesso da NF-e de saída original e da NF-e prevista na cláusula segunda.

Parágrafo único. Na NF-e prevista nesta cláusula, o destinatário contribuinte deverá realizar o registro do evento “Confirmação da Operação”, conforme disposto no inciso V do § 1º da cláusula décima quinta-A do Ajuste SINIEF nº 7/05.

Importante salientar que as disposições do Ajuste Sinief nº 13/24 não se aplicam às devoluções simbólicas parciais, conforme expressamente definido no parágrafo único de sua cláusula primeira.

Na situação em que a parte consulente identifica o erro na Nota Fiscal eletrônica no momento da entrega, a adoção dos procedimentos do Ajuste Sinief nº 13/24 resulta na anulação total da operação original através de emissão de NF-e de devolução simbólica e na posterior correção da operação de saída original, com a emissão de NF-e de saída com os dados corretos.

## 2.2.2 BAIXA DE ESTOQUE CONSUMIDO INTERNAMENTE





A entrada em estabelecimento de contribuinte de mercadoria destinada a seu uso ou consumo não gera direito a crédito de ICMS. Sobre o assunto, analisemos as disposições normativas aplicáveis:

**DECRETO N.º 1.090-R, DE 25 DE OUTUBRO DE 2002 – RICMS/ES**

Art. 83. Para a compensação a que se refere o art. 73, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu **uso ou consumo** ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

(...)

Art. 139. Na aplicação do art. 83, **somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir da data prevista na Lei Complementar federal n.º 87, de 1996.**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996**

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2033; (g. n.)

Como nesse caso ainda não é garantido o direito a crédito do ICMS, mercadoria armazenada em estoque que seja consumida internamente pela própria consulente (autoconsumo) deve ter o crédito referente à sua entrada estornado. Sobre o estorno de crédito, dispõe o RICMS/ES:

Art. 102. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

(...)

III - **vier a ser utilizada para fim alheio à atividade do estabelecimento.**

(...)

Art. 104. **O estorno se efetivará mediante emissão de nota fiscal, com destaque do imposto**, a qual deverá:

I - conter a observação de que foi extraída para fins de estorno de imposto indevidamente creditado;

II - conter a indicação do fato determinante; e

III - ser registrada no livro Registro de Saídas de Mercadorias, indicando-se o motivo da emissão na coluna "Observações". (g. n.)



Para estornar o crédito referente ao estoque consumido internamente pela consulente, deve ser emitida nota fiscal, com destaque do imposto, na forma do art. 104 do RICMS/ES. Nessa nota fiscal, além de apresentar as informações exigidas nos incisos do art. 104, a consulente deve utilizar o CFOP 5.949 – Outra saída de mercadoria não especificada.

### 3. RESPOSTAS

Feitas essas considerações, passemos ao exame das indagações da consulente:

- 1) *Quando constatadas as diferenças de peso a menor destacado em documento fiscal versus relatório de balança rodoviária, deverá ser emitida nota fiscal e com qual CFOP (Código Fiscal de Operação)?*

**Resposta:** Nesse caso, a consulente não deve emitir nota fiscal. Quando do recebimento de mercadorias em quantidade inferior à destacada em documento fiscal, o contribuinte deve adotar os procedimentos estabelecidos no Ajuste Sinief nº 13/24, conforme determinado pelo artigo 543-O-B do RICMS-ES.

- 2) *Na hipótese de produtos fabricados que serão consumidos internamente, deverá ser emitida nota fiscal e com qual CFOP (Código Fiscal de Operação)?*

**Resposta:** A consulente deve emitir nota fiscal, conforme exigido pelo art. 104 do RICMS/ES. Deve ser utilizado o CFOP 5.949 – Outra saída de mercadoria não especificada.

É o parecer.

Vitória, 21 de outubro de 2025.

(assinado digitalmente)

ROGÉRIO BARBOSA VIANA LIMA  
**Auditor Fiscal da Receita Estadual**

De acordo. Encaminhe-se à Gerência Tributária.

(assinado digitalmente)

ALEXANDRE DE CASTRO PEREIRA  
**Auditor Fiscal da Receita Estadual**  
Supervisor de Consulta Tributária



*(assinado digitalmente)*

FLÁVIO VIGANOR SILVA

**Auditor Fiscal da Receita Estadual**

Subgerente de Julgamento de Processos e Consulta Tributária

Aprovo o Parecer Informativo nº 798/2025.

Se a consulente já vem adotando o entendimento constante no mencionado parecer, que o mantenha com o fito de evidenciar conformidade com as disposições da legislação aplicável. Caso contrário, que o adote, no prazo de dez dias, contado do seu recebimento, em atendimento ao disposto no art. 849 do RICMS/ES.

Nos termos do artigo 111, I, da Lei nº 7.000/01, ficam revogados os pareceres com orientação divergente à interpretação deste Parecer Informativo nº 798/2025.

Comunique a consulente. Remeta uma cópia do referido parecer à Gerência Fiscal, com fulcro no art. 857 do RICMS/ES.

*(assinado digitalmente)*

HUDSON DE SOUZA CARVALHO

**Auditor Fiscal da Receita Estadual**

Gerente Tributário